

# CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, EM SUMÉ, PARAÍBA<sup>1</sup>

*José Ivaldo Alves Oliveira Silva<sup>2</sup>*

*Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento<sup>3</sup>*

A criação de um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) pertencente à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no semiárido paraibano, é uma resposta à necessidade de se construir um referencial teórico e prático que possibilite novos conhecimentos referentes às questões públicas do país no geral e da região em particular, possibilitando uma formação de grau superior aos gestores que atuam na administração pública. À vista disso, faz-se mister notar que parlamentares, gestores públicos, estudantes, professores, entidades da sociedade civil vêm reclamando este curso, considerando a sua importância para o trato da coisa pública, bem como no processo de qualificação profissional e de formação da cidadania. Entretanto, é importante ressaltar que a região semiárida se ressentiu de um investimento mais substancial em quadros da gestão pública mais qualificados, bem como a formação de pessoal mais consistente na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas. No que tange, especialmente, ao campo de avaliação de políticas públicas, houve uma produção de políticas públicas implantadas que agora necessitam de uma avaliação mais consistente. Dessa forma, a existência de cursos de gestão pública como o nosso da UFCG nessa região, torna-se um referencial àqueles que já compõem a Administração Pública, bem como aos que mantêm uma relação com ela.

Ademais, a concepção norteadora deste Curso está diretamente vinculada às orientações da LDB (Lei 9.394, de 20/12/1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais no Grau de Tecnólogo, que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem, qualitativamente, junto ao Poder Público e instituições privadas, contribuindo de modo ativo ao exercício da cidadania, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento social do País.

O compromisso com a formação de gestores públicos foi, seguramente, a principal motivação para este Curso figurar no projeto de criação do CDSA/UFCG. Intrínseco a este fato está a premissa de que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pode contribuir para o desenvolvimento de uma atuação crítica, posto que promove o contato do estudante com sua realidade, bem como o confronto com situações distantes e culturalmente

---

1 Rua Luiz Grande, Bairro Frei Damião, S.N., CEP 58540-000, Sumé - PB

2 Professor Adjunto I, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Doutor em Ciências Sociais, coordenador do curso.

3 Professor Auxiliar I, do do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Mestre em Administração Pública, supervisor da Empresa Júnior de Gestão Pública Account.

diferentes. É justamente nesse movimento, de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras, que desenvolvemos uma compreensão crítica.

As necessidades das entidades públicas requerem um profissional que apresente a competência de aprender de forma permanente e construtiva, de modo a atender as necessidades sociais de respeito à diversidade imposta neste século, em que se configura entre outras dificuldades, a formação de um cidadão capaz de assimilar, apropriar e transformar o conhecimento. Só assim o profissional poderá intervir no cotidiano e transformá-lo de acordo com os seus propósitos, agora coletivos.

Para a formação deste paradigma humano, as instituições de ensino deverão intervir na sociedade e repensá-la, teorizando e propondo soluções criativas. Uma possibilidade aventada para a formação acadêmica é a priorização de trabalhos e pesquisas voltadas à comunidade, contrariamente às tarefas disciplinares somente de cunho intelectual e distante das necessidades comunitárias, hoje, praticadas nas IES.

Assim, o Projeto do CDSA compreende que a busca por uma formação em Gestão Pública permitirá o conhecimento do sistema político-administrativo que, certamente, beneficiará o educando, na medida em que lhe possibilitará uma análise mais acurada da realidade político-administrativa que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, propiciar uma boa gestão dos projetos públicos constitui contribuição decisiva ao desenvolvimento como um todo.

Com a ocorrência de inúmeras mudanças no setor público, na atualidade se percebe grande necessidade de formação no grau superior para os gestores que atuam na administração pública. A UFCG cria um curso de extrema importância à formação de profissionais, que estejam aptos às novas e emergentes demandas e exigências deste mercado de trabalho que cobra ações integradas e participativas, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico da região.

O Governo Federal, pelos órgãos competentes, tem incentivado iniciativas que objetivem a eficiência na gestão pública com a finalidade de capacitação dos agentes administrativos e políticos. O curso foi pensado a partir da constituição de uma estrutura diferenciada, singular e dinâmica, conforme as exigências da área. Esta organização visa atender aos objetivos de formação básica geral, treinamento profissionalizante, aplicação do saber, interpretação e elaboração de uma cultura de integração do ser ao meio em que vive.

O Curso tem a duração de três anos, contando com atividades e infraestrutura que incentivam a prática e a pesquisa. Do ponto de vista metodológico, o curso está organizado com componentes curriculares que desenvolvem conhecimentos, habilidades e competências relacionadas aos estudos e pesquisas na área, bem como a elaboração, definição e concepção de projetos.

As bases tecnológicas relacionadas à formação básica desenvolvem competências e habilidades à gestão de processos públicos, o desenvolvimento da capacidade empreendedora, de pesquisas aplicadas e a inovação tecnológica. Nesta ótica, o curso Superior de Tecnologia

em Gestão Pública – CDSA/UFCG foi pensado de modo a promover a formação multidisciplinar para atender os diversos segmentos da sociedade.

## 1. O TRIPÉ DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

O Semiárido Brasileiro possui características próprias, com peculiaridades e vulnerabilidades há muito tempo conhecidas. Os estudiosos da temática demonstram que o perfil ambiental da região, associado às históricas contradições econômicas, políticas e sociais que a caracterizam, produzem as dramáticas dificuldades vivenciadas secularmente pelos seus habitantes, mas também ressaltam que o Bioma Caatinga é repleto de recursos naturais, podendo abrigar atividades produtivas rentáveis e sustentáveis.

Para tanto, é necessário que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, baseado, por um lado, em políticas públicas eficientes e permanentes voltadas à “convivência” com os períodos de estiagem e, por outro, em uma verdadeira revolução científica e educacional que produza e difunda em seu meio as chamadas “tecnologias apropriadas” (GARCIA, 1987, ROSA, 1989) para este Bioma exclusivo do Nordeste brasileiro.

Note-se, além disso, que as tentativas de desenvolvimento experimentadas no semiárido brasileiro se fundamentaram, historicamente, em premissas de exploração que ignoravam os limites da sustentação socioambiental da região. Essas tentativas padeceram e têm padecido das mais diversas frustrações. Sua incapacidade em promover a construção de equidade social, buscando a redução das enormes diferenças entre ricos e pobres, fossem no acesso à renda, moradia, educação, saúde, por exemplo, fracassaram. As explorações inadequadas desempenharam papel significativo na destruição dos recursos naturais e a supervalorização dos produtos e serviços oriundos de outras culturas e sua negligência frente à desvalorização e a perda do prestígio da cultura local.

A criação do CDSA pela UFCG na cidade de Sumé, na Paraíba, teve como eixo norteador a preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, inserindo o ser nesse contexto, procurando diminuir o quadro de injustiça social. É claro o compromisso da UFCG com os direitos humanos, desde a concepção do CDSA, quando se escolheu a região em virtude de diversos fatores que demonstravam a necessidade de ampliar o acesso à formação superior.

Embora o IBGE inclua apenas 29 municípios na microrregião do Cariri paraibano, a UFCG adota a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que classificou 31 municípios na homologação do Território do Cariri paraibano, pois essa classificação reflete melhor a área de influência do chamado “Cariri histórico”, que ainda tem relações de proximidade e intercâmbio com as microrregiões do Vale do Pajeú, Vale do Ipojuca e do Sertão do Moxotó em Pernambuco.

Assim, os dados agregados se referem aos seguintes municípios, oriundos de quatro microrregiões, a saber:

- Cariri Ocidental- Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê;
- Cariri Oriental - Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri;
- Campina Grande - Boa Vista;
- Curimataú Ocidental - Soledade.

Os municípios que compõem essa base territorial foram instalados a partir da segunda metade do século XX nos anos 50 e 60, com exceção de São João do Cariri, núcleo do chamado “Cariri histórico”, fundado em 1800, além de Taperoá (1847), Monteiro (1872) e Soledade (1885). Em 1997, houve o último processo de emancipação de vilas e distritos, resultando na instalação de 12 novos municípios: Alcantil, Amparo, Assunção, Barra de Santana, Caraúbas, Caturité, Coxixola, Parari, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e Zabelê.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da UFCG é formado por duas unidades acadêmicas, que congregam diversos cursos relacionados ao perfil desse centro, quais sejam: Unidade Acadêmica de Educação do Campo e a Unidade Acadêmica de Tecnologia. A primeira possui os seguintes cursos superiores: Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Educação do Campo e Tecnólogo em Gestão Pública; enquanto a segunda unidade detém os seguintes cursos: Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Produção e Tecnólogo em Agroecologia.

A missão do CDSA/UFCG pode ser resumida da seguinte forma: destinado a oferecer educação superior pública, prioritariamente, à população residente no semiárido brasileiro – onde se apresenta os menores IDH e IDEB do país – e, especialmente, aos povos do campo, o CDSA/UFCG desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas do conhecimento científico fundamentais ao desenvolvimento sustentável destas populações.

## 1.1 Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

As ações de ensino, pesquisa e extensão em nosso curso são desenhadas apontando para uma interligação, embora cada docente siga sua área de atuação, mas todas encontram, minimamente, um fio condutor nas políticas públicas.

A estrutura curricular do Curso é composta de disciplinas que contemplem as principais áreas de concentração envolvidas no Campo de Públicas. Conforme consta no Quadro 01:

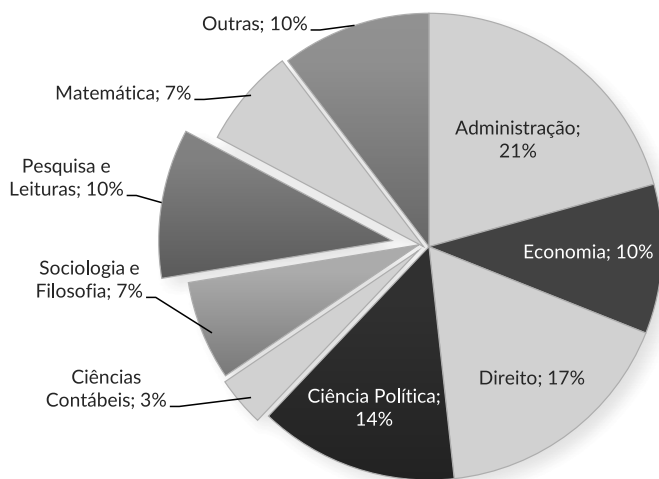
Quadro 01 - Disciplinas do Curso por Área de Concentração

Área	Disciplinas	Créditos
Administração	Fundamentos e Teorias da Administração	4
	Administração Estratégica	4
	Gestão de Pessoas da Adm. Pública	4
	Logística e Patrimônio na Adm. Pública	4
	Gestão Pública Sustentável	4
	Gestão das Organizações no Terceiro Setor	4
Economia	Fundamentos da Economia	4
	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	4
	Federalismo Fiscal Brasileiro	4
Direito	Instituições de Direito Público e Privado	4
	Direito Constitucional	4
	Direito Administrativo	4
	Teoria Geral do Processo	4
	Direito Tributário	4
Ciência Política	Teoria Política do Estado	4
	Laboratório de Pesq. Em Políticas Públicas	2
	Padrões de Relação Executivo e Legislativo	4
	Avaliação de Políticas Públicas	4
Ciências Contábeis	Controles Internos e Externos na Adm. Pública	4
Sociologia e Filosofia	Ética	2
	Fundamentos da Sociologia	4
Pesquisa e Leituras	Metodologia Científica	4
	Projeto de Pesquisa	2
	Prática de Leitura e Produção de Textos	4
Matemática	Matemática Financeira	4
	Estatística Básica	2
Outras	Estágio Supervisionado	4
	Trabalho de Conclusão de Curso	4
	Informática Básica	2

Fonte: Universidade Federal de Campina Grande, [s.d.]

Com base no Quadro 01, pode observar-se que o curso procura ser multidisciplinar entre as principais áreas de concentração que influenciam na prática da gestão pública, conforme é demonstrado no Gráfico 01, a seguir:

Gráfico 01 – Distribuição das Disciplinas conforme a área de concentração



Fonte: Universidade Federal de Campina Grande, [s.d.]

As atividades de **PESQUISA** estão dispostas a partir das seguintes ações:

1. Grupos de Pesquisa:

- a. Formação de um Núcleo de Estudos da Violência (NEVU): esse núcleo analisa as políticas de segurança pública no âmbito nacional, regional e local, fazendo correlações entre pobreza, insegurança e políticas públicas.
- b. Grupo de Pesquisa em Orçamento: esse grupo alia a teoria aprendida na disciplina “Controle Interno e Externo” com a prática através de visitas técnicas, bem como estudos acerca da literatura sobre orçamento e controle social. Há como premissa, nesse grupo, a responsabilidade da sociedade e do poder público em face do orçamento e da sua gestão;
- c. Grupo de Estudos em Gestão de Cidades e Desenvolvimento Urbano (GEDURB): seu foco é pesquisar o impacto que o crescimento populacional trouxe às cidades, bem como analisar a relação dos setores de políticas públicas no contexto paraibano.

2. Laboratório de Políticas Públicas: é o espaço criado no curso que visa analisar as políticas públicas desde a formulação até o processo de avaliação. Sua ação pedagógica é constituída pela orientação dos professores do curso em ação complementar às atividades de campo e de sala de aula, sendo um lócus privilegiado de discussão e pesquisa do ciclo de políticas públicas, levando-se em conta, especialmente, as políticas setoriais.

3. **Observatório de Políticas Públicas do Semiárido:** trata-se de projeto

desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial (PET), ligado ao curso de gestão com o objetivo de formar grupos de estudo, desenvolvendo pesquisas relacionadas diretamente à gestão pública, bem como projetos de extensão que têm como fio condutor a concretização dos direitos humanos por meio das políticas públicas.

Entre as atividades de **EXTENSÃO**, tem-se:

- 4. Programas de Extensão:** Probex (Programa de Bolsas de Extensão): Essas ações visam promover mudanças nas comunidades, bem como preparar nossos alunos para uma atuação proativa na sociedade, em organizações onde irão atuar como profissionais. O Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) é outro programa de extensão, financiado pelo Ministério da Educação, visando aparelhar a extensão nas universidades brasileiras. Aprovamos duas propostas vinculadas ao curso em 2012 e, em 2014, ambas com a finalidade de aprimorar a cidadania na região, tendo como norteador a concretização dos direitos humanos através das políticas públicas. Os alunos participantes desse programa tiveram acesso a elementos que serviram para construir seu caráter de cidadão, bem como para ressaltar a importância da gestão pública no contexto socio-político nacional;
- 5. Programa de Educação Tutorial (PET):** instalado em Dezembro de 2010 no CDSA tem mobilizado a comunidade acadêmica em torno do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo como objetivos ampliar a relação da Universidade com a sociedade local e com suas instituições; aprofundar a formação dos jovens universitários como pesquisadores e extensionistas, visando a sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular na universidade e em comunidades populares; capacitar cidadãos ao exercício das lideranças e estimular a formação de novos líderes capazes de articular competência acadêmica com compromisso social. O foco no referido grupo PET está centralizado na pesquisa, investigando as políticas públicas e, na extensão, trabalhando com a formação de agentes multiplicadores das boas-práticas, dentre elas destacamos os direitos humanos, uma vez que há uma relação entre eles e as políticas públicas em geral. Ao tratarmos de educação, segurança pública, segurança alimentar, meio ambiente, estamos abordando diretamente os direitos fundamentais e humanos pactuados entre as nações e presentes, de modo formal, na nossa sociedade. O grupo tem sido um instrumento de fixação do aluno no curso, diminuindo a evasão, bem como auxiliando no reforço da graduação, composto por 19 alunos de cursos da área de humanas e ciências sociais aplicadas, sendo importante para a formação de grupos de pesquisa e núcleos de estudo e também atividades de

ensino e extensão. De 2010 até agora temos alunos que se sobressaíram nessa experiência do PET, que consta de acompanhamento de um professor (Tutor), o que viabiliza a construção de diversas atividades impulsionadoras na formação dos alunos. Temos verificado que o PET pode apresentar muitas possibilidades ao aluno de gestão pública, sendo dotado de estrutura pedagógica, material e de infraestrutura ao desenvolvimento dos diversos projetos que compõem o PET.

6. **Empresa Júnior:** mais recentemente, em 2013, os alunos fundaram, com apoio do colegiado de curso, a Empresa Júnior em Gestão Pública; trata-se de uma consultoria em gestão pública e políticas públicas, avançando num viés prático de colocar em ação os conceitos e o instrumental aprendido em sala de aula e no campo. Sob a supervisão de um professor do curso, da coordenação e do colegiado, é uma importante frente do curso em gestão pública, pois os alunos têm contato direto com o campo de trabalho e fazem ligações a outras atividades desenvolvidas ao longo do curso.
7. **Simpósio Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável:** esse evento tem se traduzido numa síntese de conteúdos do nosso curso, no qual trazemos temáticas centrais da gestão pública como o perfil do gestor contemporâneo, as bases teórico-práticas à gestão pública, a democracia brasileira; é um evento que visa envolver alunos e profissionais da gestão pública, que tem sido pioneiro em nosso estado da Paraíba. Esse evento tem mudado a feição do nosso curso, à medida que temos contato com novas ideias e experiências na gestão pública, o que tem resultado em novas demandas ao nosso curso;

Assim, o curso de Gestão Pública do CDSA/UFCG trabalha com essas oportunidades, a fim de que alunos e professores possam contemplar o debate da Gestão Pública no cariri paraibano. Todas as ações são produtos de parcerias entre docentes, discentes e administração, portanto, o tripé educacional cria um ambiente em que todos os envolvidos no processo participam do desenvolvimento do curso.

## 2. DIFERENCIAIS DO CURSO

A área de gestão pública circundou durante muito tempo entre ciência política e administração pública. A primeira argumenta ser a política que deve reger os caminhos da



gestão pública, e a segunda se preocupa com o olhar interno ou instrumental da gestão. Essa dicotomia é criticada por Moreira e Alves (2009, p.13-14):

Uma dicotomia que acabaria por servir, não tanto para fortalecer a administração pública como campo de estudo, mas para facilitar a vida aos politólogos: permitindo-lhes dedicar-se à evolução do pensamento político e institucional e, mais recentemente, ao estudo dos partidos, do comportamento eleitoral e temáticas igualitaristas, em vez de desperdiçar tempo e recursos num tema de menor interesse como a administração pública.

Vale ressaltar que, apesar dos benefícios trazidos pela *New Public Management* (NPM), o curso não traz para si uma identidade puramente baseada nela. Isso por que a NPM superestimou os benefícios gerados pela iniciativa privada da administração em detrimento do viés político das organizações públicas. Portanto, conceitos como gestão da qualidade, foco em resultados, eficiência, novo serviço público, privatizações e outras são trazidas para o curso da UFCG, mas não sem antes criticá-los e adequá-los à realidade local, bem como com as apreciações críticas da ciência política e das demais áreas.

É certo que as duas áreas exercem influência na gestão pública, e é ingênuo tentar separar a política da gestão ou esquecer os instrumentos da administração. Porém, na tentativa de superar esse debate dicotômico, o curso de Gestão Pública da UFCG absorve, não só a influência dessas duas grandes áreas, como também contempla em sua grade as abordagens da Economia, Direito, Sociologia, Contabilidade e outras. Isso faz do curso, não simplesmente multidisciplinar, mas um *locus* real da tentativa de se criar o campo de públicas como uma área independente, ainda que influenciada por outras.

O Tecnólogo em Gestão Pública egresso da UFCG tem como área de atuação as instituições públicas nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, esse profissional busca a otimização da capacidade da administração pública. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a esse tecnólogo.

O Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública da UFCG se propõe a estabelecer uma interface entre academia e a comunidade, apresentando-lhe os pressupostos e ferramentas que servirão para distinguir uma gestão eficaz e eficiente de uma gestão ineficaz e ineficiente. A nossa missão é formar tecnólogos capazes de operacionalizar de maneira satisfatória elementos da Administração, do Direito, da Economia, da Contabilidade e da Ciência Política, visando transformar esses conhecimentos em projetos de políticas públicas, bem como projetos de captação de recursos de modo a fortalecer a municipalidade brasileira, a qual surgiu logo após a Constituição Federal de 1988, pois com ela os Municípios passaram a ser um dos coadjuvantes essenciais da gestão pública brasileira.

Os municípios são levados ao patamar de ente federado com a prerrogativa constitucional de legitimar a sua autonomia, para tanto são direcionadas a eles receitas

fiscais específicas, bem como novas atribuições de políticas públicas. Nesse período, ocorre uma descentralização desordenada que, somada às características intrínsecas do federalismo brasileiro, gera um fenômeno chamado ‘municipalismo’, que se caracteriza por aumentar a receita dos municípios e sobrecarregá-lo de demandas de políticas públicas. Isso acarreta deficiências na prestação do serviço público, pois apesar do aumento de receita, os municípios se mostram frágeis, financeiramente, sucateados administrativamente e insulados.

Sem desprestigiar as conquistas da descentralização para os governos locais, Abrúcio (2005, p. 13) afirma que os municípios enfrentam cinco obstáculos ao bom funcionamento: “as desigualdades de condições econômicas e administrativas; o discurso do ‘municipalismo autárquico’; a metropolitanização acelerada; os resquícios da cultura política, bem como das instituições que dificultam a *accountability* democrática; e o padrão de relações intergovernamentais.”

Diante dessa peculiaridade dos municípios brasileiros, outro diferencial do curso de Gestão Pública da UFCG, apesar de contemplar todo o debate entre as três esferas de poder, é reforçar as discussões sobre o viés municipal. Isso por se entender que o primeiro contato da população é tido com os seus representantes locais. Logo, os alunos do nosso curso se formam buscando ser o diferencial na prestação de serviços públicos locais, bem como oferecer serviços de consultoria que visem à melhoria de suas localidades.

Portanto, isso visa o fortalecimento da municipalidade brasileira, através do resgate dos pressupostos federativos, da separação entre os poderes e da centralidade da gestão pública justamente na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Entendemos que, no âmbito municipal, a divisão de atribuições entre os poderes estatais (funções do Estado) ainda não é tão clara assim como já se desenha no âmbito federal há algum tempo.

É nesse contexto, no qual os gestores públicos precisam ser mais que burocratas ou agentes políticos, verdadeiros empreendedores públicos com senso na racionalização e economicidade dos recursos públicos, visando prestar o melhor serviço à população, observando a supremacia do interesse público acima de tudo. Empreendedores públicos, porque os recursos são escassos e as necessidades públicas são constantes. Essa postura é incentivada no nosso curso para que os futuros gestores públicos valorizem sua criatividade, descubram novas formas de se fazer políticas públicas e valorizem a satisfação da sociedade.

O empreendedorismo público é ainda muito pouco trabalhado no Brasil, mas há muito se vem discutindo o tema em outros países, já que a cultura política brasileira ainda dificulta a aceitação dos ideais de empreendedorismo. Contudo, a temática tem sua relevância e pode contribuir para o setor público, como afirmam Valadares *et al* (2012, p.13):

O potencial do EP [empreendedorismo público] relaciona-se à adoção deste construto no âmbito da apropriação de técnicas gerenciais na administração pública. Estas técnicas, quando bem delimitadas e adaptadas ao contexto local, podem contribuir para o alcance de maior efetividade

da organização pública. Neste sentido o empreendedor público pode contribuir, pois, devido ao seu comportamento, auxilia a organização a se tornar mais dinâmica, flexível e focada nos resultados. No entanto, para que isso aconteça, observa-se a necessidade de desenvolver uma cultura empreendedora na organização pública.

Está no cerne desse curso a criação desse comportamento empreendedor, pois mesmo sabendo que os agentes políticos podem utilizá-lo como forma de se legitimar frente à população, os resultados de quem assume o desafio empreendedor são demonstrações de que se tem preocupação com os resultados, o que tende a refletir na satisfação da população.

Esses diferenciais fazem com que o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA/UFCG esteja dotado de uma formação multidisciplinar integrada e crítica sobre a gestão pública, especialmente do semiárido brasileiro; assim, é um profissional que viabiliza soluções, sendo capaz de planejar, executar e controlar os processos inerentes à administração pública e de interesse social e, também, está preparado para trabalhar em organizações privadas de interesse social e do terceiro setor, tanto no âmbito municipal, estadual ou federal.

Estas competências estão pautadas em sólido conhecimento sobre aspectos legais específicos, excelência na gestão de pessoas e recursos, visão sistêmica, capacidade de comunicação e trabalho em equipe, devendo ter, ainda, capacidade de liderança, capacidade de planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas.

### 3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO CURSO

Nessa seção serão abordados os pontos que se tornam desafios ao profissional formado por essa IES. Ou seja, quais as características da região que refletem nos desafios que o gestor público precisa enfrentar no atendimento das necessidades locais.

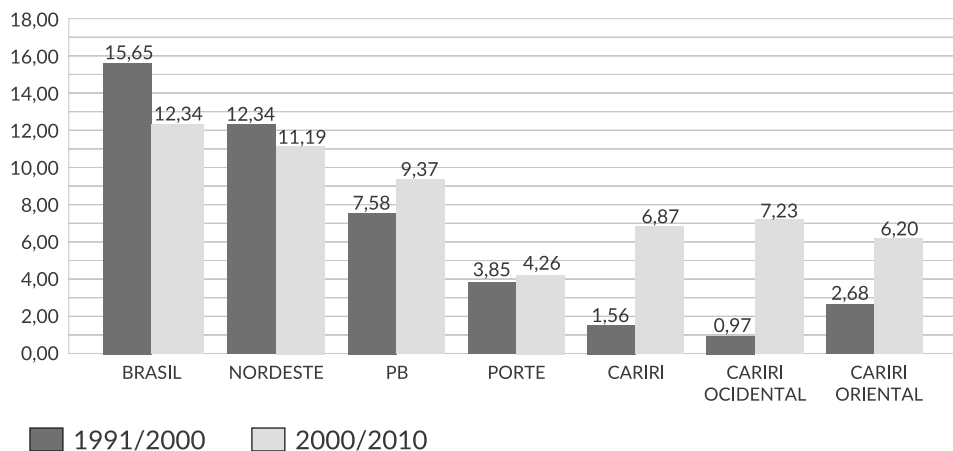
A região do cariri paraibano possui singularidades que a torna um local propício aos estudos da gestão pública. Aqui, essas questões foram tratadas em três dimensões: Populacionais, Políticas e Gestão. Esses fatores implicam desafios à gestão pública que insere o curso da UFCG/CDSA nesse cenário.

#### 3.1 População

Na década de 1990, o crescimento da população do Cariri Paraibano, assim como da maior parte da região nordeste, foi muito pequeno. Mas, a partir dos anos 2000 esses dados mudaram, havendo uma recuperação populacional, devido ao fato de que muitas pessoas que faziam o movimento migratório Nordeste para o Sudeste começou a retornar,

implicando maior crescimento populacional (MELO; DANTAS, 2011). Esse movimento fica evidenciado no Gráfico 02:

Gráfico 02 – Crescimento populacional 91/2000 – 2010



Fonte: MELO; DANTAS, 2011

Esse crescimento populacional esteve concentrado, principalmente, na região urbana. Porém, isso só é observado quando analisamos as sub-regiões separadamente (Cariri Oriental e Cariri Ocidental).

O crescimento populacional traz à gestão pública um desafio: satisfazer uma demanda social mais exigente e qualificada. As pessoas estão voltando para o nordeste com outra visão da gestão pública. E ainda que essas pessoas não representem um avanço de consciência crítica de seus direitos, elas compõem uma demanda cada vez maior por serviços públicos como educação, saúde, segurança e lazer. Portanto, cabe ao gestor público gerenciar melhor os recursos para atender essa população crescente do Cariri.

### 3.2 Política

A população do cariri supera os dados nacionais no que se refere à apatia política, considerando-se que a participação eleitoral gira em torno de 90 a 93% de comparecimento eleitoral. A relevância desse dado consiste no fato de os gestores públicos terem uma massa populacional que não se exime de cumprir seu direito de voto, o que não caracteriza, necessariamente, em ausência de corrupção nas eleições do cariri como a compra de votos.

A pesquisa de Melo, Pereira e Soares (2011) demonstra os dados de comparecimento eleitoral no Cariri, em comparação com os dados nacionais e do Estado da Paraíba; ver tabela 01:

Tabela 01 – Estatística Descritiva do Eleitorado

	Brasil	NE	PB	Porte	Cariri	Cariri Ocidental	Cariri Ocidental
% Comparecimento Eleitoral	88,44	87,36	89,06	88,23	91,74	90,62	93,33
% Votos Válidos	80,73	78,81	81,17	80,33	82,29	82,79	81,58
% Votos Brancos	1,79	1,46	1,53	1,61	1,36	1,31	1,44
% Votos Nulos	9,86	11,70	8,66	11,50	5,08	5,04	5,14
% Abstenção Eleitoral	0,12	0,13	0,11	0,12	0,08	0,09	0,07

Fonte: PEREIRA e SOAREA, 2011

Os números mostram o cumprimento do dever de voto na região do cariri. As taxas de votos brancos, nulos e abstenção ficam bem abaixo dos dados nacionais. Enquanto que os votos nulos no Nordeste são de 11,5%; no Cariri chega somente a 5,04%.

Assim, ser gestor público no cariri remete a um compromisso com a sociedade que será refletido nas urnas. Desconsiderando aqui os casos de corrupção eleitoral, os agentes políticos (Prefeitos e Vereadores) estão incumbidos de compreender melhor o que é ser gestor público para se manter atuante na carreira pública do cariri paraibano.

### 3.3 Gestão

Diante desse cenário, o curso de Gestão Pública do CDSA/UFCG está inserido numa região que possui alto crescimento demográfico, uma população que não se exime do seu poder de voto e uma economia dependente de recursos intergovernamentais. Com o advento da nova gestão pública, a ideia de “público” ganhou termos como qualidade, resultados, eficiência, eficácia, inovação e valor público, por exemplo. Portanto, qual é a estrutura público-administrativa disponível para essa sociedade?

Uma das principais formas de se ter uma estrutura de gestão pública eficaz é compor o quadro de funcionários com pessoas comprometidas e qualificadas funcionalmente. Até 2008, os funcionários ativos da administração direta no cariri que possuíam formação superior foi significativa. Caldas (2011) demonstrou, por meio de sua pesquisa, que 26,61% dos funcionários ativos tinham curso superior, um número maior, inclusive, que a taxa nacional (24,17%).

Sendo assim, poderíamos afirmar que a região é propensa a ter uma gestão pública de qualidade. Mas o que explicaria a alta taxa de reprovações de contas do TCE e MP, mostradas anteriormente? Ou mesmo, a falta de geração de riquezas locais, independente

de transferências intergovernamentais? Por que a região não apresenta altos dados positivos na educação, saúde e outros serviços públicos?

Não podemos afirmar que esse dado demonstra qualificação dos servidores nas áreas importantes da gestão pública, e essa aparente contradição entre relativa boa qualificação dos servidores frente aos problemas públicos locais deixa um espaço à atuação dos egressos do curso de Gestão Pública da UFCG.

No que se refere à presença de Conselhos Municipais, os dados são alarmantes. Até a criação do curso de Gestão Pública na UFCG em Sumé-PB, apenas 10% dos municípios tinham algum tipo de conselho municipal e esse número caiu para zero em 2009, ou seja, houve fechamento de conselhos municipais entre 2008 e 2009.

Outro dado que demonstra a fragilidade da gestão pública local é a falta de planejamento através da elaboração do plano diretor. Até 2009 (ano em que foi criado o curso de Gestão Pública na UFCG), somente 05 municípios do cariri paraibano tinham apresentado plano diretor e três estavam em fase de elaboração. Segundo Caldas(2011, p.84), “as ferramentas e instrumentos de conselho e de plano diretor não estão sendo praticados pela maioria dos municípios, não favorecendo a implementação de gestões democráticas na região.”

Assim, a criação do Curso de Gestão Pública no Cariri Paraibano tem a incumbência, não só de inserir a dita “nova gestão pública”, mas assumir o desafio de proporcionar à sua sociedade serviços públicos eficientes, com qualidade e que criem nas pessoas a sensação de segurança. A segurança de ter saúde, educação, transporte e condições de produzir riquezas.

Para isso, a área de gestão pública não deve estar subjugada à apenas uma grande área do conhecimento, como a Administração, Economia, Sociologia, Direito ou Política. É fundamental a confluência das diversas contribuições dessas ciências e, então, o fortalecimento da Gestão Pública como nova área do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES

O Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública da UFCG se constitui num importante marco no campo de públicas no semiárido nordestino e que será, certamente, referência nos estudos da gestão pública; havendo 50 alunos de entrada por ano é uma das menores evasões da universidade, despertando o interesse de servidores de carreira e de alunos recém saídos do ensino médio.

É importante ressaltar que fomos reconhecidos no ano de 2013 pela Portaria n. 408, sendo-nos conferida, nessa primeira avaliação, nota 4, o que nos deixou com uma grande responsabilidade de manter nossa estrutura de laboratórios, salas de aula e biblioteca. Nesse momento, estamos discutindo a possibilidade de cursos de pós-graduação, uma vez que 60% do nosso corpo docente é composto por doutores. O principal desafio desse curso está em convencer os mandatários nas prefeituras e estado acerca da sua importância,

da sua necessidade, considerando um movimento de profissionalização da gestão pública brasileira. Esse desafio é transformar o contexto sócio-político existente na região “sofrida” do cariri Paraibano.

Além disso, pretende-se criar uma Pós-graduação na esfera de mestrado, acadêmico ou profissional, que possibilite a continuidade dos estudos dos alunos egressos, bem como de outros vindos de outras instituições.

Outro desafio seria o de mudar o *status quo* (ou a cultura política local) da gestão pública na região, ainda baseado no patrimonialismo, no paternalismo, no clientelismo e na personificação, em que a figura do detentor do mandato eletivo é confundida com as ações da gestão pública, que devem ser impessoais ou destituídas de quaisquer personalismos. A formação sólida, por exemplo, na compreensão dos princípios constitucionais da administração pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), o que parece simples e comum na formação do aluno do campo de públicas, pode promover uma guinada na administração pública dos municípios do interior da Paraíba, à medida que formamos um *staff* capaz de implantar um modelo de gestão pautado na responsabilização do gestor e com foco em resultados.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação Federativa no Brasil**: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 24, p. 41-67, jun. 2005.

CALDAS, P. T. Estrutura das Administrações Municipais do Cariri Paraibano. In: MELO, C. A. V; SOARES, K. C. C. **Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável** – Perfil Socioeconômico e Político do Cariri Paraibano. Ed. Nossa Livraria – Recife, 2011.

GARCIA, Ramon M.. Tecnologia apropriada: amiga ou inimiga oculta?. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 27, n. 3, p. 26-38, Sept. 1987 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901987000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901987000300004&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Apr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901987000300004>.

MELO, C. A. V.; DANTAS, N. S. Compreensão da Dinâmica de Transformações Populacionais como Instrumentos de Políticas Públicas. In: MELO, C. A. V; SOARES, K. C. C. **Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável** – Perfil Socioeconômico e Político do Cariri Paraibano. Ed. Nossa Livraria – Recife, 2011.

MELO, C. A. V.; PEREIRA, J. W.; SOARES, K.C.C. Padrões de participação política, competição eleitoral e irregularidades em gestões municipais. In: MELO, C. A. V; SOARES, K. C. C. **Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável** – Perfil Socioeconômico e Político do Cariri Paraibano. Ed. Nossa Livraria – Recife, 2011.

MOREIRA, J. M.; ALVES, A. A. Gestão Pública: entre a visão clássica da administração pública e o novo paradigma da Governança Pública. **Revista Enfoque**, Vol. VII, nº11, 2009.

ROSA, Claudio Porto da. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo 29 (1), 47-51. Jan-Mar, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública**. Campina Grande: [s.n], [s.d.].

VALADARES, J. L.; EMMEENDOERFER, M. L.; ALVES, R.C.M.; MORAIS, M. C. A. O fenômeno do Empreendedorismo Público: **um ensaio sobre a aplicabilidade desse construto na administração pública brasileira**. In: XXXVI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro – 2012.



# O CURSO DE BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>

*Letícia Maria Schabbach<sup>2</sup>*

*Luciana Leite Lima<sup>3</sup>*

O Curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi criado por iniciativa dos Departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Foi viabilizado em 2008 no âmbito do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O processo de criação e autorização para o funcionamento do curso foi efetivado em 2009, quando foi aprovado pelo Conselho da Unidade do IFCH, em março, e autorizado pelo MEC no Diário Oficial da União, em 19 de agosto.

O Curso foi cadastrado no Sistema de Regulação do Ensino Superior (E-MEC) em julho de 2009, e em março de 2010 ingressou a primeira turma de 50 alunos, após classificação em Concurso Vestibular, a qual colou grau no 2º semestre de 2013.

A criação do Curso de Políticas Públicas representou resposta da UFRGS às demandas da sociedade por profissionais qualificados na formulação de soluções aos problemas sociais que atingem significativa parcela da população do estado do Rio Grande do Sul e do País.

A partir da década de 90 do século passado, cresceu a importância do campo das políticas públicas e da capacitação de atores políticos para a análise e ação na área. Isto está relacionado, ao menos em parte, às transformações ocorridas nos processos decisórios e de implementação de políticas nos últimos anos em nosso país. Em primeiro lugar, merecem destaque a constituição de mecanismos de democratização e o incremento da competição eleitoral, bem como a responsabilização das autoridades governamentais e o seu impacto sobre a alocação de recursos públicos e o investimento social. Além da consolidação dos mecanismos tradicionais de funcionamento das democracias liberais, há, no Brasil, inúmeras experiências de planejamento e gestão participativas (orçamentação participativa, conselhos gestores de políticas públicas, entre outras).

Em segundo lugar, os processos de descentralização em diversas áreas de ação governamental colocaram as instâncias subnacionais no centro do processo de implementação de políticas. Particularmente, os municípios se ressentem da falta de

---

1 Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado à Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43311, Bairro Agronomia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

2 Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

3 Doutora em Ciências Sociais, Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS.